

Caderno de Questões

Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro

TCE **RJ**

ANALISTA DE CONTROLE EXTERNO

ÁREA DE CONTROLE EXTERNO

DIREITO

04-08-2012



GABARITO - A

LINGUA PORTUGUESA

TEXTO

A POLÍCIA E A VIOLÊNCIA NA ESCOLA

Miriam Abramovay e Paulo Gentili

Em alguns países, a presença da polícia dentro das escolas tem sido uma das respostas mais recorrentes para enfrentar a violência das sociedades contemporâneas. A proposta parece ser a maneira mais elementar de oferecer proteção às crianças e aos jovens, as principais vítimas da violência. Muros altos, grades imensas, seguranças armados ou policiais patrulhando o interior das escolas parecem brindar aquilo que desejamos para nossos filhos: segurança e amparo.

Todavia, os efeitos positivos desse tipo de iniciativa nunca foram demonstrados. Conforme evidenciam pesquisas e experiências no campo da segurança pública, o ataque aos efeitos da violência costuma não diminuir sua existência. Precisamos compreender a origem e as razões da violência no interior do espaço escolar para pensar soluções que não contribuam para aprofundá-las.

Nesse sentido, quando as próprias tarefas de segurança dentro das instituições educacionais são transferidas para pessoas exteriores a elas, cria-se a percepção de que os adultos que ali trabalham são incapazes ou carecem de poder suficiente para resolver os problemas que emergem. Instala-se a ideia de que a visibilidade de uma arma ou a presença policial tem mais potência que o diálogo ou os mecanismos de intervenção que a própria escola pode definir. A medida contribui para aprofundar um vácuo de poder já existente nas relações educacionais, criando um clima de desconfiança entre os que convivem no ambiente escolar.

A presença da polícia no contexto escolar será marcada por ambiguidades e tensões. Estabelecer os limites da intervenção do agente policial é sempre complexo num espaço que se define por uma especificidade que a polícia desconhece. Nenhuma formação educacional foi oferecida aos policiais que estarão agora dentro das escolas, o que constitui enorme risco. As pesquisas sobre juventude evidenciam um grave problema nas relações entre a polícia e os jovens, particularmente quando eles são pobres, com uma reação de desconfiança e desrespeito promovendo um conflito latente que costuma explodir em situações de alta tensão entre os jovens e a polícia. Reproduzir essa lógica no interior da escola não é recomendável.

A política repressiva não é o caminho para tornar as escolas mais seguras. A escola deve ser um local de proteção e protegido, e a presença da polícia pode ser uma fonte de novos problemas.

Devemos contribuir para que as escolas solucionem seus problemas cotidianos com a principal riqueza que elas têm: sua comunidade de alunos, docentes, diretores e funcionários. Programas de Convivência Escolar e outras alternativas têm demonstrado um enorme potencial para enfrentar a dimensão educacional da violência social. O potencial da escola está na ostentação do saber, do conhecimento, do diálogo e da criatividade. Não das armas.

QUESTÃO 1

“Em alguns países, a presença da polícia dentro das escolas tem sido uma das respostas mais recorrentes para enfrentar a violência das sociedades contemporâneas”. Nesse primeiro período do texto, deslocou-se o termo “em alguns países” para outras posições na frase; a nova posição que pode ALTERAR o sentido da frase original é:

- A) A presença da polícia dentro das escolas, em alguns países, tem sido uma das respostas mais recorrentes para enfrentar a violência das sociedades contemporâneas.
- B) A presença da polícia dentro das escolas tem sido, em alguns países, uma das respostas mais recorrentes para enfrentar a violência das sociedades contemporâneas.
- C) A presença da polícia dentro das escolas tem sido uma das respostas mais recorrentes, em alguns países, para enfrentar a violência das sociedades contemporâneas.
- D) A presença da polícia, em alguns países, dentro das escolas tem sido uma das respostas mais recorrentes para enfrentar a violência das sociedades contemporâneas.
- E) A presença da polícia dentro das escolas tem sido uma das respostas mais recorrentes para enfrentar a violência das sociedades contemporâneas em alguns países.

QUESTÃO 2

Ao dizer que “a presença da polícia dentro das escolas tem sido uma das respostas mais recorrentes para enfrentar a violência das sociedades contemporâneas”, o autor do texto pretende dizer, com o segmento sublinhado, que essa tem sido uma das formas:

- A) mais atuais;
- B) mais avançadas;
- C) mais frequentes;
- D) mais eficazes;
- E) mais ineficientes.

QUESTÃO 3

Em muitas passagens do texto, o autor constrói frases com o auxílio de formas verbais no infinitivo. Se substituirmos essas formas pelo substantivo cognato correspondente, a única forma INADEQUADA da nova frase é:

- A) “...para enfrentar a violência das sociedades contemporâneas” / para o enfrentamento da violência das sociedades contemporâneas;
- B) “...parece ser a maneira mais elementar de oferecer proteção às crianças e aos jovens” / parece ser a maneira mais elementar de oferta de proteção às crianças e aos jovens;
- C) “...parecem brindar aquilo que desejamos para nossos filhos” / parecem um brinde àquilo que desejamos para nossos filhos;
- D) “Precisamos compreender a origem e as razões das violências” / Precisamos da compreensão da origem e das razões das violências;
- E) “...para pensar soluções que não contribuam para aprofundá-las” / para pensar soluções que não contribuam para o seu aprofundamento.

QUESTÃO 4

“Muros altos, grades imensas, seguranças armados ou policiais patrulhando o interior das escolas parecem brindar aquilo que desejamos para nossos filhos: segurança e amparo”. As vírgulas empregadas nesse segmento do texto, justificam-se pela mesma razão das que são empregadas em:

- I. “...com a principal riqueza que elas têm: sua comunidade de alunos, docentes, diretivos e funcionários”.
 - II. “As pesquisas sobre juventude evidenciam um grave problema nas relações entre a polícia e os jovens, particularmente quando eles são pobres, com uma reação de desconfiança...”.
 - III. “A escola deve ser um local de proteção e protegido, e a presença da polícia pode ser uma fonte de novos problemas”.
 - IV. “O potencial da escola está na ostentação do saber, do conhecimento, do diálogo e da criatividade”.
- A) I e II;
B) II e III;
C) III e IV;
D) I e IV;
E) I, II, III e IV.

QUESTÃO 5

O segundo parágrafo do texto começa com o conectivo “todavia”, que mostra a oposição entre dois elementos do texto. A frase construída abaixo que mostra adequadamente a oposição presente no texto é:

- A) Apesar de a presença da polícia nas escolas ser essa uma medida muito recorrente, os efeitos da medida nunca foram demonstrados.
- B) Embora a presença da polícia no interior das escolas diminua a violência nesse espaço, muros altos e grades imensas podem colaborar na mesma tarefa.
- C) Ainda que os efeitos positivos nunca tenham sido demonstrados, a construção de muros altos e de grades imensas nem sempre traz segurança e amparo.
- D) Policiais no espaço escolar dá segurança, mas essa medida não costuma ser empregada isoladamente.
- E) Mesmo que a segurança nas escolas tenha aumentado, isso não ocorre em função de medidas adotadas até agora.

QUESTÃO 6

“Todavia, os efeitos positivos desse tipo de iniciativa nunca foram demonstrados. Conforme evidenciam pesquisas e experiências no campo da segurança pública, o ataque aos efeitos da violência costuma não diminuir sua existência”.

O segundo período desse fragmento do texto, em relação ao período anterior, funciona como:

- A) causa;
B) consequência;
C) explicação;
D) comparação;
E) modo.

QUESTÃO 7

Se “o ataque aos efeitos da violência costuma não diminuir sua existência”, a única medida realmente positiva entre as que estão abaixo é:

- A) programas de convivência escolar;
B) construção de muros e grades;
C) patrulhamento ostensivo no espaço escolar;
D) melhorar a relação entre policiais e jovens;
E) terceirizar as medidas de segurança.

QUESTÃO 8

O segmento do texto em que a forma verbal sublinhada pode também ser empregada, na frase, em número diferente (singular ou plural) é:

- A) “Muros altos, grades imensas, seguranças armados ou policiais patrulhando o interior das escolas parecem brindar aquilo que desejamos para nossos filhos: segurança e amparo”.
- B) “Conforme evidenciam pesquisas e experiências no campo da segurança pública, o ataque aos efeitos da violência costuma não diminuir sua existência”.
- C) “Instala-se a ideia de que a visibilidade de uma arma ou a presença policial tem mais potência que o diálogo ou os mecanismos de intervenção que a própria escola pode definir”.
- D) “...cria-se a percepção de que os adultos que ali trabalham são incapazes ou carecem de poder suficiente para resolver os problemas que emergem”.
- E) “Instala-se a ideia de que a visibilidade de uma arma ou a presença policial tem mais tem mais potência...”.

QUESTÃO 9

No terceiro parágrafo do texto, há a menção à medida de contratarem-se pessoas externas à escola para serviços de segurança; entre as consequências dessa medida, segundo o texto, NÃO se inclui:

- A) o descrédito na competência do pessoal escolar;
B) o reconhecimento da falta de poder de decisão da própria escola;
C) a crença na exibição ostensiva de armas como medida de proteção;
D) a confiança na presença do poder policial;
E) a maior confiança no diálogo ou em mecanismos escolares de intervenção.

QUESTÃO 10

Marque o item em que as palavras sublinhadas nas duas frases possuem o mesmo valor semântico:

- A) “...tem sido uma das respostas mais recorrentes para enfrentar a violência...” / “a visibilidade de uma arma ou a presença policial tem mais potência que o diálogo...”.
- B) “Precisamos compreender as origens e a razão das violências no interior do espaço escolar...” / “...para enfrentar a dimensão educacional da violência social”.
- C) “Precisamos compreender a origem e a razão das violências no interior do espaço escolar para pensar soluções...” / “...quando as próprias tarefas de segurança dentro das instituições de segurança são transferidas para pessoas exteriores a ela...”.
- D) “.. num espaço que se define por uma especificidade...” / “Devemos contribuir para que as escolas solucionem seus problemas...”.
- E) “...cria-se a percepção de que os adultos que ali trabalham são incapazes...” / “Estabelecer os limites da intervenção do agente policial é sempre complexo num espaço que se define por uma especificidade...”.

QUESTÃO 11

A frase abaixo que apresenta voz verbal diferente das demais é:

- A) “Programas de Convivência Escolar e outras alternativas têm demonstrado um enorme potencial...”.
- B) “A presença da polícia no contexto escolar será marcada por ambiguidades e tensões”.
- C) “Instala-se a ideia de que a visibilidade de uma arma ou a presença policial...”.
- D) “...quando as próprias tarefas de segurança dentro das instituições educacionais são transferidas para pessoas exteriores a elas...”.
- E) “Todavia, os efeitos positivos desse tipo de iniciativa nunca foram demonstrados”.

QUESTÃO 12

“Todavia, os efeitos positivos desse tipo de iniciativa nunca foram demonstrados. Conforme evidenciam pesquisas e experiências no campo da segurança pública, o ataque aos efeitos da violência costuma não diminuir sua existência. Precisamos compreender a origem e as razões da violência no interior do espaço escolar para pensar soluções que não contribuam para aprofundá-las”.

Sobre a estrutura argumentativa desse parágrafo, pode-se dizer que:

- A) os argumentos apresentados na defesa da tese se localizam no terreno das opiniões pessoais;
- B) a autoridade dos argumentos apresentados está ligada à experiência profissional do autor do texto;
- C) a presença de certos argumentos mostra a necessidade de combaterem-se as causas e não os efeitos da violência;
- D) a opinião do autor é que devemos fazer pesquisas e experiências a fim de não haver o aprofundamento da violência;
- E) segundo o autor, as soluções para os problemas detectados já foram encontradas, mas falta vontade política para aplicá-las.

QUESTÃO 13

“A proposta parece ser a maneira mais elementar de oferecer proteção às crianças e aos jovens”. Se substituirmos o termo sublinhado por um pronome pessoal oblíquo átono, a forma correta da frase seria:

- A) A proposta parece ser a maneira mais elementar de oferecer proteção a elas e a eles.
- B) A proposta parece ser a maneira mais elementar de oferecer-lhes proteção.
- C) A proposta parece ser a maneira mais elementar de oferecer a eles proteção.
- D) A proposta parece ser a maneira mais elementar de oferecer proteção a eles, crianças e jovens.
- E) A proposta parece ser a maneira mais elementar de lhes oferecer proteção às crianças e aos jovens.

QUESTÃO 14

“Nesse sentido, quando as próprias tarefas de segurança dentro das instituições educacionais são transferidas para pessoas exteriores a elas, cria-se a percepção de que os adultos que ali trabalham são incapazes ou carecem de poder suficiente para resolver os problemas que emergem”.

Sobre os componentes sublinhados desse fragmento do texto, a única afirmativa EQUIVOCADA é:

- A) o pronome pessoal “elas” se refere às pessoas anteriormente citadas;
- B) a primeira ocorrência da preposição “de” é devida à presença anterior do termo “percepção”;
- C) a primeira ocorrência do pronome relativo “que” tem por antecedente “adultos”;
- D) a segunda ocorrência do pronome relativo “que” tem por antecedente “problemas”;
- E) a segunda ocorrência da preposição “de” é devida à presença anterior do verbo “carecer”.

QUESTÃO 15

O título dado ao texto – *a polícia e a violência na escola* – conduz a uma discussão cuja solução é a seguinte:

- A) “A política repressiva não é o caminho para tornar as escolas mais seguras”.
- B) “Devemos contribuir para que as escolas solucionem seus problemas cotidianos com a principal riqueza que elas têm: sua comunidade de alunos, docentes, diretores e funcionários”.
- C) “O potencial da escola está na ostentação do saber, do conhecimento, do diálogo e da criatividade”.
- D) “A presença da polícia no contexto escolar será marcada por ambiguidades e tensões”.
- E) “Estabelecer os limites da intervenção do agente policial é sempre complexo num espaço que se define por uma especificidade que a polícia desconhece”.

QUESTÃO 16

Num comentário sobre o texto lido nesta prova, um leitor do jornal onde *a polícia e a violência na escola* foi publicado escreveu: “Apoio a medida de levar policiais à escola, pois assim os marginais não terão coragem de invadi-la”.

Tal comentário:

- A) apoia a opinião do autor do texto diante do problema discutido;
- B) sugere uma nova medida para solucionar o problema da violência na escola;
- C) contraria a opinião das autoridades policiais;
- D) opõe-se frontalmente à opinião dos autores do texto;
- E) critica as medidas até agora tomadas para combater a violência nas escolas.

QUESTÃO 17

“...a presença da polícia pode ser uma fonte de novos problemas”. O fragmento do texto que NÃO serve de apoio para essa ideia é:

- A) “...quando as próprias tarefas de segurança dentro das instituições educacionais são transferidas para pessoas exteriores a elas, cria-se a percepção de que os adultos que ali trabalham são incapazes...”.
- B) “Instala-se a ideia de que a visibilidade de uma arma ou a presença policial tem mais potência que o diálogo...”.
- C) “A presença da polícia no contexto escolar será marcada por ambiguidades e tensões”.
- D) “Nenhuma formação educacional foi oferecida aos policiais que estarão agora dentro das escolas...”.
- E) “Muros altos, grades imensas, seguranças armados ou policiais patrulhando o interior das escolas parecem brindar aquilo que desejamos para nossos filhos”.

QUESTÃO 18

Assinale a alternativa em que o valor do tempo verbal sublinhado foi corretamente indicado.

- A) “Em alguns países, a presença da polícia dentro das escolas tem sido uma das respostas mais recorrentes...” / ação encerrada em tempo recente.
- B) “...parecem brindar aquilo que desejamos para nossos filhos” / ação habitual no passado.
- C) “Conforme evidenciam pesquisas e experiências no campo da segurança pública...” / ação que se iniciou no passado e continua no presente.
- D) “A presença da polícia no contexto escolar será marcada por ambiguidades e tensões” / ação futura que se realizará na dependência de outra ação futura.
- E) “Nenhuma formação educacional foi oferecida aos policiais...” / ação completamente realizada no passado.

QUESTÃO 19

Em todas as alternativas abaixo, foram reescritas frases com a finalidade de eliminar a presença do vocábulo “não”, mas mantendo-se o sentido original do texto. A alternativa em que a reescritura ALTERA o sentido original é:

- A) “...o ataque aos efeitos da violência costuma não diminuir sua existência” / o ataque aos efeitos da violência costuma aumentar sua existência.
- B) “...pensar soluções que não contribuam para aprofundá-las” / pensar soluções que sejam indiferentes a seu aprofundamento.
- C) “Reproduzir essa lógica no interior da escola não é recomendável” / Reproduzir essa lógica no interior da escola é desaconselhável.
- D) “A política repressiva não é o caminho para tornar as escolas mais seguras” / para tornar as escolas mais seguras devemos deixar de lado a política repressiva.
- E) “O potencial da escola está na ostentação do saber, do conhecimento, do diálogo e da criatividade. Não das armas”. / A ostentação das armas é o contrário da escola, onde está a ostentação do saber, do conhecimento, do diálogo e da criatividade.

QUESTÃO 20

A alternativa cuja indicação gráfica está corretamente expressa é:

- A) RIQUEZA – o sufixo -EZA forma substantivos abstratos a partir de adjetivos;
- B) CONHECIMENTO – o sufixo -MENTO forma substantivos a partir de adjetivos;
- C) POLICIAL – o sufixo – AL forma adjetivos a partir de verbos;
- D) PROTEÇÃO – o sufixo – ÇÃO forma adjetivos a partir de verbos;
- E) DESCONFIANÇA – o sufixo – ANÇA forma substantivos a partir de adjetivos.

NOÇÕES DE DIREITO

QUESTÃO 21

No que concerne ao tema concurso público, sob o ângulo do Direito Administrativo, assinale a alternativa correta:

- A) cargos nos quais exista relação de confiança entre nomeante e nomeado devem ser preenchidos regularmente pela via de concurso público;
- B) as Autarquias, por não figurarem na estrutura da Administração Pública direta, estão dispensadas da regra da obrigatoriedade do concurso público para provimento de vagas de servidores;
- C) a contratação para o exercício de serviços típicos de carreira e de cargos permanentes no Estado deve ser por concurso público, excpcionados os casos de contingência fática emergencial;
- D) ante a supremacia do interesse público, são justificáveis a criação e o provimento de cargos públicos com o objetivo de atender demandas sazonais de pesquisa;
- E) a arregimentação de estagiários é alternativa menos onerosa para se cumprir eventual carência de mão de obra no quadro funcional da Administração Pública.

QUESTÃO 22

O ordenamento jurídico brasileiro assegura a incidência de diversos princípios quando do manejo do ato administrativo. No que toca à aplicação do contraditório e da ampla defesa, é correto afirmar que:

- A) a partir da Constituição Federal de 1988, foi erigido à condição de garantia constitucional do cidadão que se encontre na posição de litigante em processo judicial, excluída a posição de mero interessado, o direito ao contraditório e à ampla defesa;
- B) qualquer ato da Administração Pública capaz de repercutir sobre a esfera de interesses do cidadão deve ser precedido de procedimento em que se assegure ao interessado o efetivo exercício do contraditório e da ampla defesa;
- C) à luz do poder de autotutela da Administração Pública, a anulação de ato administrativo cuja formalização tenha repercutido no campo de interesses individuais demanda instauração de procedimento administrativo formal, com obediência aos princípios do contraditório e da ampla defesa;
- D) nos processos perante o Tribunal de Contas da União, asseguram-se o contraditório e a ampla defesa quando da apreciação de legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria, reforma e pensão;
- E) viola o princípio da separação dos poderes o controle pelo Poder Judiciário da observância do contraditório e da ampla defesa nos atos administrativos, sem a prévia realização da autotutela pela Administração Pública.

QUESTÃO 23

Sobre o exercício e a fruição do cargo público, é correto afirmar que:

- A) a autoridade julgadora do inquérito administrativo não pode alterar a penalidade imposta ao servidor pela comissão processante;
- B) a portaria é meio juridicamente próprio para promover a alteração de atribuições de cargo público;
- C) os institutos da estabilidade e do estágio probatório são desvinculados, não sendo viável a aplicação do prazo comum de três anos;
- D) não existe direito subjetivo a exercer função no local de domicílio da família, quando prevista, no regulamento do concurso público, a possibilidade de lotação inicial em região diversa;
- E) as vantagens pessoais recebidas antes da entrada em vigor da EC 41/03 se computam para fins de cálculo do teto constitucional.

QUESTÃO 24

No que toca ao tema aplicação da responsabilidade civil do Estado no ordenamento brasileiro, é correto afirmar que:

- A) o lesado pela conduta estatal deve provar a existência da culpa do agente ou do serviço para obter sua reparação;
- B) há possibilidade de verificação de responsabilidade civil do Estado sem a ocorrência de dano;
- C) o lesado pela conduta estatal deve provar a existência denexo causal entre o fato administrativo e o dano;
- D) há possibilidade de verificação de responsabilidade civil do Estado sem a ocorrência de conduta de qualquer das partes;
- E) o lesado pela conduta estatal deve provar a existência de dano hipotético para obter sua reparação.

QUESTÃO 25

Prefeito Municipal de determinada localidade celebra contrato com sociedade empresária, sem prévia licitação, para prestação de serviços de consultoria financeira e orçamentária, com fundamento no art. 25, II, c/c art. 13, III, ambos da Lei nº 8.666/93, alegando inquestionável vantagem para o Município, diante do preço promocional, muito inferior ao de mercado, e a larga e reconhecida experiência do contratado. Sob o ângulo da responsabilidade do gestor público, é correto afirmar que:

- A) a não realização de licitação importa, necessariamente, em configuração de improbidade administrativa, sem prejuízo de outras sanções;
- B) para a configuração da improbidade administrativa, basta a verificação do elemento subjetivo que informa a conduta do agente;
- C) o ato de improbidade não exige, para sua configuração, o efetivo prejuízo ao erário;
- D) ausente dano ao erário e o elemento subjetivo na conduta do agente, não é possível a configuração de improbidade administrativa;
- E) a possibilidade de dano hipotético ou presumido é suficiente para a configuração de ato de improbidade administrativa.

QUESTÃO 26

Determinada servidora anteriormente lotada na Secretaria de Obras e Serviços consegue, no curso de processo administrativo disciplinar (PAD), sua remoção para a Secretaria de Saúde. Em relação à competência disciplinar, é correto afirmar que:

- A) sua redistribuição não desloca a competência, a qual se estabelece com base no critério temporal, independentemente de eventuais modificações de lotação dentro da estrutura da Administração Pública;
- B) sua redistribuição desloca a competência, a qual se estabelece com base no critério funcional, devendo observar eventuais modificações de lotação dentro da estrutura da Administração Pública;
- C) sua redistribuição desloca a competência, a qual se estabelece com base no critério hierárquico, devendo observar eventuais modificações de lotação dentro da estrutura da Administração Pública;
- D) sua redistribuição não desloca a competência, a qual se estabelece com base no critério hierárquico, independentemente de eventuais modificações de lotação dentro da estrutura da Administração Pública;
- E) a promoção da sindicância e do processo administrativo disciplinar cabe ao órgão ou entidade pública ao qual o servidor encontra-se vinculado no momento do julgamento, em razão do princípio da atualidade da função.

QUESTÃO 27

Quanto à exoneração de servidores públicos concursados e nomeados para cargo efetivo, ainda em estágio probatório, é correto afirmar que:

- A) não necessita do devido processo legal, da ampla defesa e do contraditório, não sendo necessária a instauração de processo administrativo disciplinar (PAD);
- B) necessita do devido processo legal, da ampla defesa e do contraditório, sendo necessária a instauração de processo administrativo disciplinar (PAD);
- C) não necessita do devido processo legal, da ampla defesa e do contraditório, contudo se faz necessária a abertura de sindicância, pois a exoneração não tem caráter punitivo;
- D) necessita do devido processo legal, da ampla defesa e do contraditório, contudo não se faz necessária a instauração de processo administrativo disciplinar (PAD), admitindo ser suficiente a abertura de sindicância que assegure os princípios referidos;
- E) a ausência de estabilidade, própria da fase de estágio probatório, dispensa a abertura de qualquer procedimento que observe o devido processo legal, da ampla defesa e do contraditório.

QUESTÃO 28

Em 23 de outubro de 2005, o eleitorado brasileiro foi convocado a se manifestar sobre a manutenção ou rejeição da proibição da comercialização de armas de fogo e munição em todo o território nacional. A resposta da soberania popular é feita por meio de:

- A) referendo;
- B) plebiscito;
- C) *recall*;
- D) veto popular;
- E) revocação popular.

QUESTÃO 29

Em 2011, o francês Jean-Luc Picard, após o regular ingresso no país e competente processo de naturalização, adquiriu a nacionalidade brasileira. Ocorre que, uma semana após sua naturalização, autoridades estrangeiras noticiaram seu envolvimento com diversos e graves crimes contra a Administração Pública no seu país de origem, que também são recriminados no Brasil. Para que ele possa ser processado e julgado na França, o processo/procedimento a ser adotado contra Jean-Luc Picard será:

- A) expulsão;
- B) deportação;
- C) banimento;
- D) extradição;
- E) nenhum, pois a pessoa naturalizada não pode ser entregue a outro Estado.

QUESTÃO 30

A natureza da norma constitucional do artigo 5º, inciso XIII, da CRFB (“*é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer*”), é de eficácia:

- A) plena e aplicabilidade imediata;
- B) plena e aplicabilidade mediata;
- C) contida e aplicabilidade imediata;
- D) limitada ou reduzida, definidora de princípio institutivo;
- E) limitada ou reduzida, definidora de princípio programático.

CONTROLE EXTERNO

QUESTÃO 31

O Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro concluiu pela ilegalidade de ato administrativo praticado pela Secretaria Estadual de Saúde e assinou prazo para que o referido órgão adotasse as providências necessárias ao exato cumprimento da lei. A Secretaria Estadual de Saúde, contudo, não atendeu à determinação do Tribunal de Contas. Nesse caso, competirá ao Tribunal de Contas:

- A) representar à Assembleia Legislativa sobre a ilegalidade apurada, competindo ao Poder Legislativo Estadual a sustação do ato;
- B) anular o ato impugnado, comunicando a decisão à Assembleia Legislativa;
- C) sustar a execução do ato impugnado, comunicando a decisão ao Poder Executivo Estadual;
- D) suspender os efeitos financeiros do ato impugnado, comunicando a decisão à Procuradoria-Geral do Estado;
- E) sustar a execução do ato impugnado, comunicando a decisão à Assembleia Legislativa.

QUESTÃO 32

Sobre o controle exercido pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCE-RJ), ao apreciar a legalidade dos atos de admissão de pessoal decorrentes de concurso público para provimento de cargos efetivos no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado (ALERJ), é correto afirmar que se trata de:

- A) controle externo, jurisdicional-administrativo e concomitante;
- B) controle externo, legislativo e prévio;
- C) controle interno, parlamentar e posterior;
- D) controle externo, para fins de registro e posterior;
- E) controle interno, administrativo e posterior.

QUESTÃO 33

Facilmente podemos constatar, nos dias atuais, que não existe país democrático sem um órgão de controle com a missão de fiscalizar a boa gestão do dinheiro público (CITADINI, Antônio Roque. “*O controle externo da Administração Pública*”. São Paulo: Max Limonad, 1995). Sobre o sistema de controle externo da Administração Pública adotado pela Constituição vigente, é correto afirmar:

- A) a Controladoria-Geral da União-CGU é órgão de controle externo e caracteriza, em âmbito federal, a adoção do sistema (modelo) de controle anglo-saxão de Auditoria-Geral (ou Controladoria);
- B) em âmbito federal, o controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, órgão unipessoal (singular) e subordinado ao Poder Legislativo;
- C) os Tribunais de Contas são órgãos colegiados, dotados de autonomia administrativa e financeira, integrados por ministros ou conselheiros vitalícios e incumbidos de auxiliar o controle externo a cargo do Poder Legislativo;
- D) no Distrito Federal e nos Estados, a existência de Tribunais de Contas será facultativa;
- E) a Constituição da República, ao proibir a criação de Tribunais, Conselhos ou órgãos de Contas pelos Municípios (art. 31, §4º), também vedou que os Estados criem, como órgãos integrantes da estrutura estadual, Tribunais de Contas ou Conselhos com jurisdição sobre a totalidade das contas dos municípios existentes em seus limites territoriais.

QUESTÃO 34

Sobre a disciplina do Controle Interno na Constituição da República Federativa do Brasil, é correto afirmar:

- A) em âmbito federal, a instituição de um sistema de controle interno é incumbência exclusiva do Poder Executivo;
- B) a aprovação ou rejeição das contas pelo órgão de controle interno vinculará o Tribunal de Contas;
- C) os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência ao Tribunal de Contas, sob pena de responsabilidade subsidiária;
- D) será facultativa a instalação de sistema de controle interno em âmbito Estadual e Municipal;
- E) em âmbito federal, os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União.

QUESTÃO 35

A apreciação das contas do Executivo é procedimento jurídico-constitucional composto, que exige a integração de procedimentos ocorrentes tanto no interior do Tribunal de Contas (técnico-opinativo) quanto no legislativo competente para julgá-las (avaliação política). Sobre o tema, assinale a alternativa correta:

- A) o parecer prévio, emitido pelo Tribunal de Contas da União sobre as contas que o Presidente da República deve anualmente prestar, só deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos membros da Câmara dos Deputados;
- B) o parecer prévio, emitido pelo Tribunal de Contas da União sobre as contas que o Presidente da República deve anualmente prestar, só deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos membros do Congresso Nacional;
- C) o parecer prévio, emitido pelo Tribunal de Contas do Estado sobre as contas que o Governador do Estado deve anualmente prestar, só deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos membros da Assembleia Legislativa;
- D) o parecer prévio, emitido pelo Tribunal de Contas do Estado sobre as contas que o Prefeito deve anualmente prestar, só deixará de prevalecer por decisão da maioria absoluta dos membros da Assembleia Legislativa do Estado;
- E) o parecer prévio, emitido pelo Tribunal de Contas do Estado ou pelo Tribunal de Contas do Município, onde houver, sobre as contas que o Prefeito deve anualmente prestar, só deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos membros da Câmara Municipal.

LEGISLAÇÃO BÁSICA (aplicável ao TCE – RJ)

QUESTÃO 36

O responsável por bens em almoxarifado na Secretaria Estadual de Saúde remeteu ao Tribunal de Contas, tempestivamente, prestação de contas por término do exercício financeiro. O exame final da prestação de contas pelo TCE-RJ revelou falta de natureza formal e que não conduz à produção de dano ao erário, não sendo caso de reincidência por parte do responsável. Nesse caso, as contas serão julgadas:

- A) regulares, e o Tribunal de Contas dará quitação plena ao responsável;
- B) irregulares, e o Tribunal de Contas, no entanto, não imporá multa ao responsável;
- C) irregulares, e o Tribunal de Contas determinará ao responsável, ou a quem lhe haja sucedido, a adoção de medidas necessárias à correção das impropriedades ou faltas identificadas;
- D) regulares com ressalva, e o Tribunal de Contas dará quitação plena ao responsável e determinará ao responsável, ou a quem lhe haja sucedido, a adoção de medidas necessárias à correção das impropriedades ou faltas identificadas;
- E) regulares com ressalva, e o Tribunal de Contas dará quitação ao responsável e lhe determinará, ou a quem lhe haja sucedido, a adoção de medidas necessárias à correção das impropriedades ou faltas identificadas, de modo a prevenir a ocorrência de outras semelhantes.

QUESTÃO 37

Nos termos da Lei Complementar Estadual n.º 63/90 (e suas alterações), é correto afirmar sobre o julgamento das contas pelo TCE-RJ:

- A) após o trancamento das contas consideradas iliquidáveis e arquivado o processo correspondente, o Tribunal poderá, a qualquer tempo, à vista de novos elementos que considere suficientes, autorizar o desarquivamento do processo e determinar que se ultime a respectiva prestação ou tomada de contas;
- B) diz-se provisória a decisão pela qual o Tribunal, antes de pronunciar-se quanto ao mérito das contas, resolve sobrestar o julgamento e determinar diligências necessárias ao saneamento do processo;
- C) o Tribunal poderá julgar irregulares as contas no caso de reincidência do descumprimento de determinação de que o responsável tenha tido ciência, feita em processo de prestação ou tomada de contas anterior;
- D) não havendo débito, mas comprovada a ocorrência de grave infração a norma legal ou regulamentar de natureza financeira, o Tribunal julgará as contas irregulares, vedada a imposição de multa ao responsável;
- E) o julgamento de irregularidade das contas dependerá da efetiva comprovação de injustificado dano ao erário.

QUESTÃO 38

Sobre os recursos e a competência recursal no âmbito do Tribunal de Contas do Estado, nos termos da Lei Complementar Estadual n.º 63/90 (e suas alterações), é correto afirmar:

- A) caberá agravo das decisões interlocutórias proferidas pelo Conselheiro-Relator em processos de prestação ou tomada de contas, sem efeito suspensivo e no prazo de 5 (cinco) dias;
- B) o Tribunal de Contas da União é competente para julgar recurso de revisão da decisão do Tribunal de Contas do Estado que contrariar ou negar vigência a lei federal;
- C) o efeito suspensivo, em razão de recurso de decisão do Tribunal, que concluir pela nulidade de edital de licitação, possibilitará o prosseguimento do processo licitatório;
- D) os embargos de declaração, opostos, por escrito, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, suspendem os prazos para cumprimento da decisão embargada e para interposição do pedido de reconsideração;
- E) o recurso de reconsideração terá efeito suspensivo e poderá ser formulado, uma só vez, por escrito, dentro do prazo de 15 (quinze) dias.

QUESTÃO 39

Nos termos da Constituição do Estado do Rio de Janeiro, compete ao Tribunal de Contas do Estado:

- A) apreciar as contas prestadas anualmente pelo Governador do Estado, mediante parecer prévio que deverá ser elaborado em noventa dias a contar de seu recebimento;
- B) julgar as contas prestadas anualmente pelo Governador do Estado e proceder à tomada de contas, quando não apresentadas dentro de sessenta dias, após a abertura da Sessão Legislativa;
- C) fixar para cada exercício a remuneração do Governador, do Vice-Governador e dos Secretários de Estado;
- D) julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos dos três poderes, da administração direta e indireta, incluídas as empresas públicas, autarquias, sociedades de economia mista e as fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público Estadual;
- E) autorizar previamente alienação, a título oneroso, de bens do Estado.

QUESTÃO 40

Sobre a Lei Estadual nº 4.787/2006 (e suas alterações), que dispõe sobre o Quadro de Pessoal e o Plano de Carreiras do TCE-RJ, é correto afirmar que:

- A) compete ao Analista – Área Organizacional executar inspeções e auditorias a cargo do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro;
- B) compete ao Analista - Área de Controle Externo substituir os Conselheiros em suas faltas e impedimentos, bem como nos casos de vaga, nas hipóteses e na forma prevista no Regimento Interno do Tribunal de Contas;
- C) compete ao Analista – Área Organizacional emitir parecer das contas, atos e demais procedimentos sujeitos à apreciação, registro ou julgamento pelo Tribunal de Contas;
- D) compete ao Analista – Área de Controle externo julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos, proferindo decisão provisória que poderá ser objeto de recurso endereçado ao Plenário do Tribunal de Contas;
- E) é vedado aos ocupantes dos cargos de Analista – Área de Controle Externo exercer atividade político-partidária, ressalvada a filiação e o direito de afastar-se para exercer cargo eletivo ou a ele concorrer.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Direito Administrativo

QUESTÃO 41

Sobre a prática do ato de improbidade administrativa, o ordenamento jurídico prevê que:

- A) o ato de improbidade administrativa pode ser cometido por conduta comissiva, mas não por conduta omissiva;
- B) o ato de improbidade administrativa está configurado somente quando restar comprovado o dolo por parte do agente;
- C) podem ser responsabilizados pela prática do ato de improbidade administrativa tanto agentes públicos como particulares;
- D) o Conselheiro do Tribunal de Contas relator de um processo que apura a regularidade de um contrato administrativo, verificando ilegalidades na licitação, pode decretar a indisponibilidade dos bens dos responsáveis, nos limites do dano ao erário;
- E) o membro do Ministério Público que atua junto ao Tribunal de Contas pode decretar a indisponibilidade dos bens dos responsáveis pelo ato de improbidade, nos limites do dano ao erário.

QUESTÃO 42

Atendendo ao mandamento constitucional, o legislador editou a Lei nº 8.429/92 disciplinando as sanções pela prática do ato de improbidade administrativa. Nesse contexto, pode-se afirmar que:

- A) são exemplos de sanções o ressarcimento integral do dano, a cassação dos direitos políticos, o pagamento de multa civil e a proibição de contratar com o poder público;
- B) são exemplos de sanções a perda da função pública e a proibição do infrator de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo período fixado em lei;
- C) as sanções previstas em lei podem ser aplicadas pelo Tribunal de Contas isolada ou cumulativamente, de acordo com a gravidade do fato e com o princípio da razoabilidade, e levando em conta a extensão do dano causado, assim como o proveito patrimonial obtido pelo agente;
- D) caso reconheça a existência do ato de improbidade, deve o magistrado aplicar todas as sanções previstas em lei, variando apenas a duração da penalidade, de acordo com o princípio da proporcionalidade, e levando em conta a extensão do dano causado, assim como o proveito patrimonial obtido pelo agente;
- E) na fixação das penas pelo crime de improbidade administrativa, o juiz levará em conta a extensão do dano causado, assim como o proveito patrimonial obtido pelo agente.

QUESTÃO 43

A licitação é dispensável em casos previstos em lei, em que, embora seja viável a competição entre os particulares, o legislador entendeu inconveniente ao interesse público, como no caso:

- A) de contratação de serviços técnicos enumerados na lei, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a dispensa para serviços de publicidade e divulgação;
- B) de comoção pública, quando a situação possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, havendo dispensa para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa, e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de um ano;
- C) de compra ou locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípua da administração, cujas necessidades de instalação e localização condicionem a sua escolha, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado, segundo avaliação prévia;
- D) em que a licitação anterior restar frustrada, em razão de caso fortuito ou força maior;
- E) de contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.

QUESTÃO 44

De acordo com o valor e a natureza do serviço ou bem a ser contratado, a lei fixou determinadas regras específicas de licitação, com seu respectivo procedimento. Sobre as modalidades de licitação, a Lei nº 8.666/93 estabelece que:

- A) concorrência é a modalidade de licitação entre interessados previamente cadastrados que, na fase inicial de habilitação preliminar, comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos no edital para execução de seu objeto;
- B) tomada de preços é a modalidade de licitação entre interessados devidamente cadastrados ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação;
- C) convite é a modalidade de licitação entre interessados do ramo pertinente ao seu objeto, previamente cadastrados, escolhidos e convidados em número mínimo de 3 (três) pela unidade administrativa, a qual afixará, em local apropriado, cópia do instrumento convocatório;
- D) concurso é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados que sejam agentes públicos, para escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, mediante a instituição de prêmios ou remuneração aos vencedores, conforme critérios constantes de edital publicado na imprensa oficial;
- E) leilão é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados para a venda somente de bens móveis inservíveis para a administração ou de produtos legalmente apreendidos, restando vencedor aquele que oferecer o maior lance, desde que igual ou superior ao valor da avaliação.

QUESTÃO 45

São exemplos de princípios específicos que regem a licitação pública, previstos na Lei nº 8.666/93:

- A) legalidade, publicidade e improbidade administrativa;
- B) devido processo legal, ampla defesa e proporcionalidade;
- C) impessoalidade, moralidade e julgamento subjetivo;
- D) igualdade, publicidade e vinculação ao instrumento convocatório;
- E) moralidade, igualdade e livre convencimento motivado.

QUESTÃO 46

Conhecendo as peculiaridades que distinguem o ato administrativo vinculado do ato administrativo discricionário, afirma-se que:

- A) o ato vinculado pode ser invalidado por vício de legalidade pela administração pública ou pelo poder judiciário, mas não pode ser revogado nem pela administração nem pelo judiciário;
- B) o ato discricionário pode ser invalidado e revogado, tanto pela administração pública como pelo poder judiciário;
- C) no ato vinculado, os elementos ou requisitos chamados competência, forma e finalidade estão previamente estabelecidos em lei, tendo o administrador liberdade apenas no que concerne ao motivo e objeto, mas sempre observado o interesse público;
- D) no ato discricionário, o administrador tem liberdade para agir de acordo com a conveniência e oportunidade em todos os elementos ou requisitos do ato administrativo, isto é, na competência, forma, finalidade, motivo e objeto;
- E) o ato discricionário pode ser convalidado quando houver um vício superável, não ocorrendo o mesmo com o ato vinculado, que deve ser invalidado quando se constatar algum vício sanável de legalidade.

QUESTÃO 47

Carlos José, Prefeito de um município no Estado do Rio de Janeiro, sem prévia autorização legislativa, editou um decreto declarando de utilidade pública, para fins de desapropriação, um terreno subutilizado do Estado do Rio de Janeiro, alegando que iria construir um hospital. A conduta do Prefeito está:

- A) correta, desde que realize a justa e prévia indenização ao proprietário Estado do Rio de Janeiro, antes de prosseguir na imissão na posse, e que não altere a finalidade que embasou o decreto expropriatório;
- B) errada, pois deveria ter obtido prévia autorização legislativa por se tratar de bem público e ter realizado a justa e prévia indenização ao proprietário Estado do Rio de Janeiro;
- C) errada, porque, em regra, bens públicos não podem ser desapropriados, exceto no caso previsto na Constituição, em que a União pode desapropriar bens dos Estados, Distrito Federal e Municípios, mediante prévia autorização legislativa;
- D) errada, pois o município não pode desapropriar bem do estado membro, assim como o estado membro também não pode fazê-lo em relação a um município;
- E) errada, pois o município não pode desapropriar bem do estado membro, mas o estado membro pode fazê-lo em relação a um município situado dentro de seu território, com prévia autorização legislativa.

QUESTÃO 48

A Constituição prevê que o poder público pode delegar ao particular a prestação de serviço público, por exemplo, através do instituto da concessão, na forma da lei. Em relação às formas de extinção do contrato de concessão:

- A) a rescisão é facultada à concessionária, no caso de descumprimento das normas contratuais pelo poder concedente, mediante ação judicial especialmente intentada para esse fim;
- B) a anulação é facultada ao poder concedente, de acordo com seu poder discricionário, desde que proceda à justa indenização;
- C) a caducidade é facultada à concessionária quando o poder concedente der causa à inexecução total ou parcial do contrato, mediante ação judicial especialmente intentada para esse fim;
- D) a encampação é facultada ao poder concedente, nos casos de inexecução total ou parcial do contrato por parte da concessionária, mediante ação judicial especialmente intentada para esse fim;
- E) a revogação é facultada ao poder concedente, nos casos de inexecução total ou parcial do contrato pela concessionária.

QUESTÃO 49

José da Silva, servidor ocupante de cargo efetivo da administração direta do Estado do Rio de Janeiro, elegeu-se Deputado Estadual. Sobre a disciplina jurídica de seu afastamento para exercício de mandato eletivo, pode-se afirmar que José da Silva:

- A) havendo compatibilidade de horário, poderá acumular seu cargo efetivo com seu mandato de Deputado, fazendo jus ao recebimento de ambas as remunerações;
- B) havendo compatibilidade de horário, poderá acumular seu cargo efetivo com seu mandato de Deputado, fazendo jus ao recebimento da remuneração pelo mandato mais 70% dos vencimentos de seu cargo efetivo;
- C) terá de se afastar de seu cargo efetivo para exercício do mandato, facultando-lhe optar pelo recebimento da maior remuneração;
- D) terá de se afastar de seu cargo efetivo para exercício do mandato, e receberá a remuneração pelos dois cargos;
- E) terá de se afastar de seu cargo efetivo para o exercício do mandato, sendo computado o tempo de afastamento para todos os efeitos legais, exceto para a promoção por merecimento.

QUESTÃO 50

Sobre o ingresso no serviço público do Estado do Rio de Janeiro, através de concurso público, o ordenamento jurídico atual prevê que:

- A) após dois anos de efetivo exercício das funções, o servidor adquire estabilidade;
- B) o candidato habilitado nas provas e no exame de sanidade físico-mental será submetido a estágio experimental, pelo prazo de seis a doze meses, período em que perceberá o valor correspondente a 80% do vencimento do cargo, sendo-lhe assegurada a diferença, se nomeado afinal;
- C) a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego;
- D) o prazo de validade do concurso público será de dois anos, prorrogável uma vez, por igual período;
- E) durante o prazo improrrogável previsto no edital de convocação, aquele aprovado em regular concurso público será convocado com prioridade sobre novos concursados para assumir cargo ou emprego, na carreira.

Direito Civil

QUESTÃO 51

Diz o art. 6, § 2º, da Lei de Introdução ao Código Civil (LICC), que é direito adquirido aquele que possua termo pré-fixo ou condição preestabelecida inalterável, ao passo que o art. 125 do Código Civil (CC) dispõe que na pendência de condição suspensiva não se considera adquirido o direito. Sobre o tema, é correto afirmar que:

- A) há um antagonismo entre esses dispositivos, devendo ser aplicado o disposto no art. 125 do CC, em razão do princípio da especificidade;
- B) não há antagonismo entre esses dispositivos, na medida em que o art. 6, § 2º, da LICC, se refere à aquisição do direito, portanto, ainda que ele não possa ser exercido, já se considera adquirido para efeito de não mais poder ser alcançado pela lei nova, enquanto o art. 125 do CC se refere ao exercício desse direito, que fica obstado enquanto a condição suspensiva não se implementar;
- C) há um antagonismo entre esses dispositivos, devendo ser aplicado o disposto no art. 6, § 2º, da LICC, em razão do princípio da generalidade;
- D) não há antagonismo entre esses dispositivos, na medida em que o art. 6, § 2º, da LICC, refere-se ao exercício do direito, que fica obstado enquanto a condição suspensiva não se implementar, enquanto o art. 125 do CC refere-se à aquisição do direito, portanto, ainda que não possa ser exercido, ele já se considera adquirido para efeito de não mais poder ser alcançado pela lei nova;
- E) há um antagonismo entre esses dispositivos, devendo ser aplicado o disposto no art. 125 do CC, pois com a edição do novo Código Civil em 2002, houve uma revogação tácita do art. 6, § 2º, da LICC, que é de 1942.

QUESTÃO 52

Para que um negócio jurídico seja válido, é necessário que a vontade declarada seja livre e de boa-fé. Assim sendo, denotam especificamente que a manifestação de vontade não é de boa-fé os vícios:

- A) do consentimento: erro, dolo, coação, lesão e estado de perigo;
- B) sociais: erro, dolo, coação, simulação e estado de perigo;
- C) socais: erro, dolo, vício redibitório, lesão, simulação e fraude contra credores;
- D) sociais: simulação e fraude contra credores;
- E) sociais: coação, simulação e fraude contra credores.

QUESTÃO 53

Pelo princípio da autonomia patrimonial, o ordenamento jurídico confere às pessoas jurídicas personalidade distinta da dos seus membros. Contudo, a lei autoriza que em determinados casos o magistrado deixe de aplicar as regras de separação patrimonial entre sociedade e sócios, ignorando a existência da pessoa jurídica no caso concreto. Sobre o tema, é correto afirmar que:

- A) assim como ocorre na despersonalização, na descon sideração da personalidade jurídica a regra é a dissolução da pessoa jurídica, conforme prevê o Código Civil;
- B) o ordenamento jurídico brasileiro adotou como regra geral a teoria maior da descon sideração da personalidade jurídica, na medida em que se faz necessária a ocorrência do abuso, fraude ou desvio de finalidade;
- C) o ordenamento jurídico brasileiro adotou como regra geral a teoria menor da descon sideração da personalidade jurídica, haja vista que basta para a sua aplicação que a personalidade jurídica seja, de alguma forma, um obstáculo para o ressarcimento de um prejuízo;
- D) caracteriza-se a descon sideração da personalidade jurídica inversa quando é afastado o princípio da autonomia patrimonial da pessoa jurídica, para que os sócios respondam com seus respectivos patrimônios pessoais;
- E) assim como ocorre na descon sideração da personalidade jurídica, na despersonalização a regra é o afastamento temporário e tópico da personalidade, conforme prevê o Código Civil.

QUESTÃO 54

João e José celebram um contrato e ajustam que o adimplemento será feito sempre em dinheiro e pessoalmente, no dia 10 (dez) do mês vencido. Ocorre que o contrato, que é de trato sucessivo, há mais de 12 (doze) anos é executado por João, por meio de depósito em conta corrente, em cheque e na data acordada, sem questionamento de qualquer natureza por José. Essa situação passa a ser fonte criadora de direitos subjetivos para João. O instituto que fundamenta a afirmação feita é:

- A) *surrectio*;
- B) *venire contra factum proprium*;
- C) *supressio*;
- D) teoria do adimplemento substancial;
- E) *tu quoque*.

QUESTÃO 55

Caio está na condução de seu veículo automotor em via pública, quando Joãozinho, de apenas 04 anos, surge subitamente à frente do seu carro. Para não atropelá-lo, Caio desvia e por isso acaba batendo no veículo de Joaquim. Sobre o problema formulado, é correto afirmar que:

- A) Caio não terá obrigação de indenizar Joaquim, uma vez que agiu em estado de necessidade; contudo, Joaquim terá direito a indenização em face do responsável pelo infante, Joãozinho;
- B) Caio terá obrigação de indenizar, na medida em que praticou um ato ilícito, que foi a lesão ao bem jurídico de Joaquim. Não obstante, terá Caio direito de regresso contra o responsável por Joãozinho;
- C) Caio não terá obrigação de indenizar Joaquim, uma vez que agiu em legítima defesa; contudo, Joaquim terá direito a indenização em face do responsável pelo infante, Joãozinho;
- D) Caio terá obrigação de indenizar Joaquim, mesmo tendo praticado um ato lícito; contudo, não terá ele direito de regresso contra o responsável de Joãozinho;
- E) Caio terá obrigação de indenizar Joaquim, mesmo tendo praticado um ato lícito; não obstante, terá Caio direito de regresso contra o responsável de Joãozinho.

QUESTÃO 56

Caio, Tício e Mévio se comprometeram a pagar a Manuel três mil reais, de maneira indivisa, e o pagamento foi totalmente efetuado por Caio. Sobre o problema, é correto afirmar que:

- A) Caio subroga-se no direito do credor, podendo cobrar de Tício e Mévio a quantia de dois mil reais de cada um, haja vista que a obrigação é indivisível;
- B) quando Caio foi cobrar a cota de Tício, este estava insolvente, razão pela qual poderá Caio cobrar de Mévio a cota dele e do insolvente (Tício);
- C) Caio subroga-se no direito do credor, podendo cobrar de Tício e Mévio apenas mil reais de cada um deles, na medida em que entre os co-devedores cessa a indivisibilidade;
- D) Caio, muito embora não se subroge no direito do credor, pode cobrar de Tício e Mévio a quantia de dois mil reais de cada um, haja vista que a obrigação é indivisível;
- E) quando Caio foi cobrar a cota de Tício, este estava insolvente, razão pela qual poderá Caio cobrar de Mévio a cota dele e do insolvente (Tício), de maneira solidária.

QUESTÃO 57

O negócio jurídico possui três níveis estruturais, quais sejam, existência, validade e eficácia. Esses três planos são independentes, razão pela qual se pode afirmar que um negócio jurídico pode ser válido e ineficaz em relação a determinada pessoa. É um exemplo desse negócio jurídico a compra e venda:

- A) em fraude a execução;
- B) sem termo ou condição;
- C) com condição suspensiva;
- D) nula, sem que haja transferência a terceiros nem boa-fé;
- E) sem encargo.

QUESTÃO 58

De acordo com o art. 98 do CC: “são públicos os bens do domínio nacional, pertencentes às pessoas jurídicas de direito público interno; todos os outros são particulares, seja qual for à pessoa a que pertencerem”. Sobre o tema, é correto dizer que:

- A) os bens que não sejam de utilidade coletiva e que não estejam afetados a uma das atividades estatais são denominados bens dominicais, que, via de regra, não podem ser alienados;
- B) bens públicos de uso especial são os que estão afetados ao desenvolvimento dos serviços administrativos e públicos em geral, incluindo-se tanto bens móveis quanto imóveis;
- C) o uso comum dos bens públicos é necessariamente gratuito, na medida em que é de utilidade coletiva;
- D) os bens de uso comum do povo e os de uso especial, ainda que conservem a sua qualificação, na forma que a lei determinar, são passíveis de alienação;
- E) não dispendo a lei em contrário, consideram-se de uso especial os bens pertencentes às pessoas jurídicas de direito público a que se tenha dado estrutura de direito privado.

QUESTÃO 59

O Código Civil estabelece causas de suspensão, impedimento e interrupção do prazo prescricional. Sobre essas causas, é correto afirmar que:

- A) a interrupção por um dos credores solidários não aproveita os outros;
- B) a interrupção efetuada contra o devedor solidário não envolve os demais e seus herdeiros;
- C) a interrupção produzida contra o devedor não prejudica o fiador;
- D) na interrupção da prescrição o prazo se inicia, mas com o surgimento da causa interruptiva, ele recomeça a correr novamente e por inteiro, sendo que esta interrupção pode ocorrer por mais de uma vez;
- E) a interrupção operada contra um dos herdeiros do devedor solidário não prejudica os outros herdeiros ou devedores, senão quando se trate de obrigação e direitos individuais.

QUESTÃO 60

Quando uma lei A é revogada por uma lei B e esta última é declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal em sede de fiscalização normativa abstrata, a lei A volta a vigor. Esse fenômeno jurídico denomina-se:

- A) reprecinação tácita;
- B) efeito reprecinatório;
- C) ab-rogação;
- D) reprecinação expressa;
- E) derrogação.

Direito Constitucional

QUESTÃO 61

Os vereadores de um Município no Estado do Rio de Janeiro com duzentos mil habitantes aprovaram uma lei que aumentou seus subsídios para o mesmo valor do subsídio do Prefeito. Com tal medida, que causou grande repercussão social, a Câmara Municipal comprometeu 51% (cinquenta e um por cento) de sua receita com folha de pagamento. Os vereadores violaram a Constituição Federal, porque:

- A) apesar de o limite para o subsídio dos Vereadores ser o mesmo do subsídio do Prefeito, a Câmara Municipal não poderia gastar mais de 50% (cinquenta por cento) de sua receita com folha de pagamento, incluído o gasto com o subsídio de seus Vereadores;
- B) apesar de a Câmara Municipal não poder gastar mais de 70% (setenta por cento) de sua receita com folha de pagamento, incluído o gasto com o subsídio de seus Vereadores, no caso em tela, o subsídio máximo dos Vereadores deveria corresponder a 50% (cinquenta por cento) do subsídio dos Deputados Estaduais;
- C) apesar de a Câmara Municipal não poder gastar mais de 70% (setenta por cento) de sua receita com folha de pagamento, incluído o gasto com o subsídio de seus Vereadores, o subsídio máximo dos Vereadores deveria corresponder a 50% (cinquenta por cento) do subsídio do Prefeito;
- D) a Câmara Municipal não poderia gastar mais de 50% (cinquenta por cento) de sua receita com folha de pagamento, incluído o gasto com o subsídio de seus Vereadores, e também porque, no caso em tela, o subsídio máximo dos Vereadores deveria corresponder ao subsídio dos Deputados Estaduais;
- E) a Câmara Municipal não poderia gastar mais de 50% (cinquenta por cento) de sua receita com folha de pagamento, incluído o gasto com o subsídio de seus Vereadores, e também porque o subsídio máximo dos Vereadores, no caso em tela, deveria corresponder a 50% (cinquenta por cento) do subsídio dos Deputados Estaduais.

QUESTÃO 62

Sobre o processo legislativo, extrai-se da leitura do texto constitucional que:

- A) o processo legislativo compreende a elaboração, dentre outros, de emendas à Constituição, leis complementares, leis ordinárias, medidas provisórias e decretos presidenciais;
- B) o ordenamento jurídico prevê um controle prévio ou preventivo de constitucionalidade, que pode ser realizado pelo próprio Poder Legislativo durante o processo legislativo, mas não pelo Executivo, além de um controle repressivo ou posterior, realizado pelo Poder Judiciário, de maneira difusa ou concentrada;
- C) são de iniciativa do Poder Executivo as leis que estabelecerão o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais, sendo que, no caso de omissão do chefe do Executivo, o Poder Legislativo, de forma suplementar, terá 30 dias para propor projetos de lei sobre tais matérias;
- D) a iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Câmara dos Deputados de projeto de lei subscrito por, no mínimo, um por cento da população nacional, distribuído pelo menos por dez Estados, com não menos de trinta por cento dos eleitores de cada um deles, e terá tramitação prioritária;
- E) em caso de relevância e urgência, o Presidente da República pode adotar medidas provisórias, sendo vedada sua edição sobre matéria relativa a planos plurianuais, diretrizes orçamentárias, orçamento e créditos adicionais e suplementares, ressalvada a possibilidade de abertura de crédito extraordinário para atender a despesas imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública.

QUESTÃO 63

Antônio Carvalho foi reeleito Prefeito de um Município no interior do Estado do Rio de Janeiro. Ao final do primeiro ano de seu segundo mandato, Antônio começou a planejar sua candidatura para o cargo de Governador do Estado nas eleições vindouras. Ao consultar especialista sobre a matéria, Antônio foi orientado corretamente no sentido de que:

- A) não poderá concorrer neste momento ao cargo de Governador, porque equivaleria ao terceiro mandato seguido no âmbito do Poder Executivo, o que é vedado pela Constituição;
- B) deverá se desincompatibilizar do cargo de Prefeito, tendo que se afastar até três meses antes do pleito, para poder concorrer ao cargo de Governador, não havendo necessidade de renunciar ao cargo de Prefeito;
- C) deverá se desincompatibilizar do cargo de Prefeito, tendo que renunciar ao mandato até três meses antes do pleito, para poder concorrer ao cargo de Governador;
- D) deverá se desincompatibilizar do cargo de Prefeito, tendo que se afastar até seis meses antes do pleito, para poder concorrer ao cargo de Governador, não havendo necessidade de renunciar ao cargo de Prefeito;
- E) deverá se desincompatibilizar do cargo de Prefeito, tendo que renunciar ao mandato até seis meses antes do pleito, para poder concorrer ao cargo de Governador.

QUESTÃO 64

Em tema de controle direto de constitucionalidade, prevê a Constituição do Estado do Rio de Janeiro que:

- A) compete ao Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro processar e julgar originariamente a representação de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo estadual, mas não municipal, em face da Constituição Estadual;
- B) são legitimados ativos o Governador do Estado, Comissão Permanente ou membros da Assembleia Legislativa, Procurador-Geral da Justiça, Procurador-Geral do Estado, Defensor Público Geral do Estado, Prefeito Municipal, Vereadores Municipais, Conselho Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil, partido político com representação na Assembleia Legislativa ou em Câmara de Vereadores, e federação sindical ou entidade de classe de âmbito estadual;
- C) o Procurador-Geral de Justiça deverá ser previamente ouvido nas ações de inconstitucionalidade, oficiando nelas também o Procurador-Geral do Estado, quando não for o autor da representação;
- D) declarada a inconstitucionalidade, por omissão de medida para tornar efetiva norma constitucional, será dada ciência ao poder competente para adoção das providências necessárias, tendo o Poder Legislativo prazo de 30 (trinta) dias para edição da norma, sob pena de responsabilidade;
- E) o Tribunal de Contas, pela maioria absoluta de seus Conselheiros, pode declarar a inconstitucionalidade em abstrato de lei ou ato normativo, cabendo revisão pelo Poder Judiciário, quando provocado por algum legitimado, em razão do princípio da inafastabilidade do controle jurisdicional.

QUESTÃO 65

São alguns dos órgãos do Poder Judiciário:

- A) o Supremo Tribunal Federal, o Conselho Nacional de Justiça e os Tribunais de Contas;
- B) o Supremo Tribunal Federal, o Superior Tribunal de Justiça e o Conselho Nacional do Ministério Público;
- C) o Superior Tribunal de Justiça, o Tribunal de Arbitragem e os Tribunais Regionais Federais;
- D) o Superior Tribunal de Justiça, os Tribunais de Contas e Tribunais e os Juízes do Trabalho;
- E) o Conselho Nacional de Justiça, os Tribunais e Juízes dos Estados, e os Tribunais e Juízes Eleitorais.

QUESTÃO 66

A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial dos Municípios é exercida sob diferentes formas de controles previstos no ordenamento jurídico. Nesse contexto, destaca-se que:

- A) o controle externo pela Câmara Municipal é exercido com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado, que emitirá parecer prévio sobre as contas do Prefeito, no prazo de trinta dias, a contar de seu recebimento;
- B) somente por decisão da maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal deixa de prevalecer o parecer prévio, emitido pelo Tribunal de Contas do Estado, sobre as contas que o Prefeito prestará anualmente;
- C) a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial dos Municípios e de todas as entidades de sua administração direta e indireta e fundacional, é exercida mediante controle externo da Câmara Municipal e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo Estadual;
- D) no Município do Rio de Janeiro, o controle externo é exercido pela Câmara Municipal, com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro;
- E) compete ao Tribunal de Contas do Estado aplicar aos responsáveis, em caso de ilegalidade de despesa ou irregularidade de contas, as sanções previstas em lei que estabelece, entre outras cominações, multa proporcional ao dano causado ao erário, sem necessidade de prévia análise pelo Poder Judiciário.

QUESTÃO 67

A respeito do Ministério Público perante o Tribunal de Contas, afirma-se que:

- A) os membros do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro atuam junto ao Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, estando estruturalmente ligados e fazendo parte do parquet estadual;
- B) o Ministério Público especial junto ao Tribunal de Contas do Rio de Janeiro está estruturalmente ligado ao Tribunal de Contas do Estado e não ao Ministério Público do Estado, devendo ser entendido como uma instituição autônoma;
- C) não existe um Ministério Público especial junto ao Tribunal de Contas no Estado do Rio de Janeiro, devendo os Conselheiros, em caso de constatação de alguma irregularidade no exercício de suas funções, imediatamente comunicar o fato ao Ministério Público Estadual, para ciência e adoção das medidas cabíveis;
- D) aos membros do Ministério Público especial que atuam junto ao Tribunal de Contas aplicam-se normas próprias especiais no que tange a direitos, vedações e forma de investidura, comparativamente aos Ministérios Públicos da União e dos Estados;
- E) da mesma forma como existe um Ministério Público especial junto ao Tribunal de Contas, existe a Defensoria Pública especial junto ao Tribunal de Contas, para assistir os hipossuficientes que precisarem se defender perante a Corte de Contas.

QUESTÃO 68

No exercício de suas atividades, compete ao Tribunal de Contas da União:

- A) realizar, por iniciativa própria, da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, de comissão técnica ou de inquérito, inspeções e auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, nas unidades administrativas dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, em nível federal, estadual, distrital e municipal;
- B) fiscalizar a aplicação de quaisquer recursos repassados pela União mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres, a Estado, ao Distrito Federal ou a Município;
- C) representar ao Ministério Público para sustar de imediato a execução de contrato impugnado, isto é, cuja ilegalidade for constatada pela Corte, comunicando a decisão ao Senado Federal;
- D) representar ao Poder competente sobre irregularidades ou abusos apurados, sendo que, no caso de contrato, o ato de sustação será adotado diretamente pelo Tribunal de Contas, devendo comunicar, no prazo de trinta dias, ao Poder Executivo, para adoção das medidas cabíveis;
- E) aplicar aos responsáveis, em caso de ilegalidade de despesa ou irregularidade de contas, as sanções previstas em lei, sendo que as decisões do Tribunal de que resulte imputação de débito ou multa terão eficácia de título executivo judicial.

QUESTÃO 69

A intervenção consiste em hipótese excepcional de supressão temporária da autonomia de determinado ente federativo, com a finalidade de preservação da existência e unidade da própria Federação. A Constituição prevê uma hipótese de intervenção do Estado em seus Municípios, quando:

- A) o Tribunal de Contas der provimento à representação para assegurar a observância de princípios indicados na Constituição Estadual, ou para prover a execução de lei, de ordem ou de decisão judicial;
- B) o Município deixar de pagar, sem motivo de força maior, por um ano, a dívida fundada, ou deixar de prestar contas devidas, na forma da lei, por igual período;
- C) o Município não tiver aplicado o mínimo exigido da receita municipal na manutenção e desenvolvimento do ensino e nas ações e serviços públicos de saúde;
- D) o Município não conseguir repelir invasão estrangeira em seu território, colocando em risco a soberania nacional;
- E) o Município não estiver exercendo sua competência constitucional de velar pela proteção do meio ambiente ecologicamente equilibrado, colocando em risco tal direito difuso de toda a coletividade.

QUESTÃO 70

Os direitos políticos são instrumentos previstos na Constituição Federal que garantem o exercício da soberania popular. A suspensão dos direitos políticos pode ocorrer na seguinte hipótese:

- A) cancelamento da naturalização por decisão administrativo-diplomática, na forma da lei;
- B) incapacidade civil relativa, na forma da lei;
- C) condenação criminal, ainda que a sentença não tenha transitado em julgado, na forma da lei;
- D) recusa de exercer o direito-dever do voto, por três eleições consecutivas ou cinco alternadas, na forma da lei;
- E) condenação por ato de improbidade administrativa, na forma da lei.

Direito Financeiro

QUESTÃO 71

A lei orçamentária anual de determinado Estado da federação autorizou ao Executivo realizar contratações de operações de crédito por antecipação de receita, à EXCEÇÃO do princípio orçamentário da:

- A) exclusividade;
- B) anualidade;
- C) universalidade;
- D) não afetação;
- E) unidade.

QUESTÃO 72

Durante o exercício financeiro, determinada Secretaria Municipal introduziu um novo programa, carecendo de meios materiais e humanos para sua consecução, não havendo dotação orçamentária específica. No caso de abertura de crédito adicional, estaremos diante de crédito:

- A) suplementar;
- B) especial;
- C) extraordinário;
- D) urgente;
- E) ordinário.

QUESTÃO 73

O Fundo Especial do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro apresentou superávit financeiro no balanço patrimonial apurado no exercício anterior. Frise-se que tais recursos não foram previstos por ocasião da elaboração da proposta orçamentária. Assim, para utilização desses recursos no exercício financeiro vigente, deverá ser adotado o seguinte procedimento:

- A) o Presidente do Tribunal de Justiça deverá elaborar o Quadro de Detalhamento das Receitas e das Despesas computando os recursos, nos termos da Lei Orçamentária Anual e da Lei de Diretrizes Orçamentárias;
- B) o Presidente do Tribunal de Justiça deverá solicitar a abertura de crédito suplementar ao Poder Legislativo;
- C) o Presidente do Tribunal de Justiça deverá solicitar a abertura de crédito suplementar ao Chefe do Poder Executivo, com fundamento no superávit financeiro;
- D) o Presidente do Tribunal de Justiça deverá aguardar o orçamento do próximo exercício financeiro para utilização dos recursos, uma vez que não houve previsão na proposta orçamentária;
- E) o Presidente do Tribunal de Justiça deverá solicitar a abertura de crédito suplementar ao Chefe do Poder Executivo, desde que haja autorização do Poder Legislativo na Lei Orçamentária Anual.

QUESTÃO 74

Sobre a lei do plano plurianual, é correto afirmar que:

- A) é de iniciativa dos Poderes e do Ministério Público, sendo consolidada, posteriormente, pelo Poder Executivo;
- B) compreenderá as metas e prioridades da Administração Pública do exercício financeiro seguinte e orientará a elaboração da Lei Orçamentária Anual;
- C) estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da Administração Pública para as despesas de pessoal, despesas de custeio, despesas de capital e outras delas decorrentes, e para as relativas aos programas de duração continuada;
- D) é elaborado nos termos e condições da Lei de Diretrizes Orçamentárias;
- E) cabe à lei complementar dispor sobre a elaboração e a organização do plano plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual.

QUESTÃO 75

Os bens decorrentes de herança vacante são considerados:

- A) receitas originárias;
- B) receitas derivadas;
- C) receitas transferidas;
- D) ingressos;
- E) movimento de caixa.

QUESTÃO 76

Determinado Município, a fim de atender insuficiência de caixa durante o exercício financeiro, pretende celebrar contrato com uma instituição financeira brasileira para realização de operação de crédito por antecipação de receita, obtendo autorização legislativa para tanto. Sobre o tema, é correto afirmar que:

- A) poderá ser realizada a qualquer tempo dentro do exercício financeiro;
- B) deverá ser autorizada de maneira específica pelo Senado Federal;
- C) poderá ser concedida ainda que exista operação anterior;
- D) o controle efetivo caberá ao Ministério da Fazenda;
- E) não poderá ser realizada, pois se trata de dívida pública consolidada.

QUESTÃO 77

Segundo a Lei de Responsabilidade Fiscal, NÃO compreende renúncia de receita:

- A) subsídio;
- B) crédito presumido;
- C) concessão de isenção em caráter geral;
- D) remissão;
- E) anistia.

QUESTÃO 78

O Chefe do Poder Executivo Municipal, nos 120 dias anteriores ao final de seu mandato, ordenou despesa de capital que não podia ser paga no mesmo exercício financeiro, em razão de insuficiência de disponibilidade de caixa. O ato praticado é:

- A) nulo;
- B) irregular;
- C) válido;
- D) penalmente relevante;
- E) não autorizado, irregular e lesivo.

QUESTÃO 79

O Secretário Municipal de Saúde, como ordenador de despesa, necessita realizar uma despesa miúda e, em razão da urgência, não pode aguardar o processamento normal da despesa. Essa despesa deve ser efetuada por meio de:

- A) declaração de inexigibilidade de licitação;
- B) dispensa de licitação pelo valor do bem a ser adquirido;
- C) dispensa de licitação pela urgência;
- D) utilização do regime de adiantamento;
- E) reembolso.

QUESTÃO 80

Identificada a necessidade pública e após procedimento licitatório regular, o ordenador de despesa autorizou a contratação de sociedade empresária especializada na prestação de serviço de marcação, emissão e fornecimento de passagens aéreas. Foi convencionado na avença contratual que o prazo da prestação do serviço seria de 18 meses e que o desconto de 10% (dez por cento) incidiria sobre o valor dos bilhetes aéreos, sem a incidência da taxa de embarque. Sobre o empenhamento da referida despesa, é correto afirmar que:

- A) deverá ser efetuado o empenho do tipo estimativo;
- B) deverá ser efetuado o empenho do tipo global;
- C) o contrato celebrado substituirá a nota de empenho;
- D) deverá ser efetuado o empenho do tipo global, e posteriormente o subempenho;
- E) deverá ser efetuado o empenho do tipo ordinário.

Direito Penal

QUESTÃO 81

Médico particular, em atendimento pelo Sistema Único de Saúde (SUS), exigiu, para si, vantagem pessoal a fim de que determinado paciente não aguardasse procedimento de urgência na fila do SUS. A partir do conceito de funcionário público estabelecido no art. 327 (*caput* e § 1º) do Código Penal, o médico praticou, em tese:

- A) delito de concussão;
- B) delito de corrupção ativa;
- C) delito de corrupção passiva;
- D) delito de constrangimento ilegal;
- E) conduta penalmente atípica.

QUESTÃO 82

O Prefeito, o diretor e o secretário municipal de esportes e lazer de determinado Município contrataram bandas de música para as comemorações de carnaval na localidade, sem o necessário procedimento administrativo disposto no art. 26 da Lei nº 8.666/93. Sobre a configuração dos delitos da Lei de Licitações, é correto afirmar que:

- A) não são crimes de resultado, mas sim de mera conduta ou formais, dispensando a presença do elemento subjetivo específico do tipo;
- B) não são crimes de mera conduta ou formais, mas sim de resultado, demandando a presença do elemento subjetivo do tipo;
- C) não são crimes de resultado, mas sim formais, dispensando a presença do elemento subjetivo do tipo;
- D) não são crimes de resultado, mas sim de mera conduta ou formais, dispensando a presença das elementares do tipo;
- E) são crimes de mera conduta ou formais, mas demandam a presença do elemento subjetivo do tipo.

QUESTÃO 83

Em julho de 2008, o então Prefeito do Município de Pasárgada, Manuel Bandeira, com o objetivo de adimplir convênio firmado com o Ministério da Justiça para implantação da Guarda Municipal local, iniciou a realização de concurso público para provimento do cargo. Ocorre que, antes da primeira prova de conhecimentos, liminar deferida em Ação Popular sobrestou o andamento do certame. Manuel Bandeira solicitou à Procuradoria Municipal a elaboração de parecer jurídico sobre o caso, sendo sugerida e encampada a deflagração de processo seletivo simplificado, amparado em expressa disposição legal de lei municipal, para a contratação por tempo determinado de pessoas para a formação e manutenção da Guarda Municipal. O Prefeito Manuel Bandeira não concorreu à reeleição, deixando de ocupar qualquer cargo político em janeiro de 2009. O Ministério Público em atuação naquela Comarca, quando chamado a se manifestar na Ação Popular e ciente da ação do então Prefeito, solicitou ao juízo a extração de cópia integral da demanda, com remessa ao Promotor de Justiça com atribuições criminais. Sob o prisma criminal, a conduta de Manuel Bandeira:

- A) constitui delito de responsabilidade do Prefeito, previsto no art. 1º, inciso XIII, do Decreto-lei nº 201/67 (“Nomear, admitir ou designar servidor, contra expressa disposição de lei”), devendo ser denunciado por essa conduta;
- B) constitui delito de responsabilidade do Prefeito, previsto no art. 1º, inciso IV, do Decreto-lei nº 201/67 (“empregar subvenções, auxílios, empréstimos ou recursos de qualquer natureza, em desacordo com os planos ou programas a que se destinam”), devendo ser denunciado por essa conduta;
- C) constitui delito de responsabilidade do Prefeito, previsto no art. 1º, inciso XIII, do Decreto-lei nº 201/67 (“Nomear, admitir ou designar servidor, contra expressa disposição de lei”), não devendo ser denunciado por não ocupar mais o cargo de Prefeito;
- D) constitui delito de responsabilidade do Prefeito, previsto no art. 1º, inciso IV, do Decreto-lei nº 201/67 (“empregar subvenções, auxílios, empréstimos ou recursos de qualquer natureza, em desacordo com os planos ou programas a que se destinam”), não devendo ser denunciado por não ocupar mais o cargo de prefeito;
- E) é atípica, pois a contratação temporária tinha previsão em lei municipal, tempo determinado e necessidade temporária de interesse público.

QUESTÃO 84

Quanto ao tema prescrição penal, assinale a alternativa INCORRETA:

- A) a causa de redução do prazo prescricional constante do art. 115 do CP (“São reduzidos de metade os prazos de prescrição quando o criminoso era, ao tempo do crime, menor de 21 (vinte e um) anos, ou, na data da sentença, maior de 70 (setenta) anos”) deve ser aferida no momento da sentença penal condenatória;
- B) o recebimento da denúncia ou queixa-crime por magistrado absolutamente incompetente interrompe a prescrição ou a decadência;
- C) o acórdão de segundo grau que, ao confirmar a condenação, modifica a pena de modo a refletir no cálculo do prazo prescricional, tem relevância jurídica e deve ser considerado marco interruptivo da prescrição da pretensão punitiva do Estado;
- D) o estelionato contra a Previdência Social é crime permanente e seu prazo prescricional é contado da cessação do recebimento do benefício indevido;
- E) consumado o lapso prescricional na pendência do julgamento do Recurso Especial, há que se declarar, preliminarmente, a extinção da punibilidade, ficando prejudicada a análise da matéria objeto de irrisignação.

QUESTÃO 85

Na condição de Prefeito do Município de Pasárgada, Manuel Bandeira realizou, de forma continuada, durante o ano de 2005, contratações irregulares de obras e serviços públicos, utilizando indevidamente rendas públicas em benefício de terceiros, causando com isso prejuízo ao Erário municipal, mediante fraude ao devido procedimento licitatório, além de negar vigência à lei federal. Por meio de procedimento investigatório, o Ministério Público logrou reunir elementos que comprovam a reiterada prática de procedimentos licitatórios eivados de vícios de forma e de conteúdo, além de direcionamento e favorecimento de licitantes. De forma resumida, o Prefeito determinava a compra de materiais, por carta-convite, em valores superiores a R\$ 95.000,00, sendo anexadas certidões relativas a empresas diversas emitidas no mesmo horário, em claro indício de que houve montagem do procedimento para direcionar o resultado. Foi o agente denunciado nas disposições dos arts. 89, *caput* (“Dispensar ou inexigir licitação fora das hipóteses previstas em lei, ou deixar de observar as formalidades pertinentes à dispensa ou à inexigibilidade”), e 90 (“Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo do procedimento licitatório, com o intuito de obter, para si ou para outrem, vantagem decorrente da adjudicação do objeto da licitação”), ambos da Lei nº 8.666/93, bem como art. 1º, incisos II (“utilizar-se, indevidamente, em proveito próprio ou alheio, de bens, rendas ou serviços públicos”) e XIV, primeira figura (“Negar execução a lei federal, estadual ou municipal, ou deixar de cumprir ordem judicial, sem dar motivo de recusa ou da impossibilidade, por escrito, à autoridade competente”), do Decreto-lei nº 201/67, combinados com os arts. 69, 70 e 71 do Código Penal. Analisando a denúncia, após o devido trâmite procedimental, o Julgador recebeu parcialmente a acusação, estabelecendo:

- I. com referência do crime previsto no art. 90 da Lei de Licitações, a doutrina sustenta que sua consumação dá-se com o mero ajuste, combinação ou adoção do expediente no procedimento da licitação, independente da efetiva adjudicação ou obtenção da vantagem econômica, sendo o crime formal;
- II. o crime de responsabilidade dos prefeitos municipais, do art. 1º, inciso II, criminaliza o denominado “peculato de uso”, tipificando como crime funcional a conduta de utilizar-se o agente público municipal, indevidamente, sem *animus domini*, em proveito próprio ou alheio, de bens, rendas ou serviços públicos, não sendo esta figura penal configurada na hipótese apresentada, ante ao manejo de dinheiro pelo agente;
- III. embora contrários a preceitos licitatórios, os dispêndios realizados pelo agente se fizeram, na ótica das normas orçamentário-financeiras, de acordo com o preceituado para a modalidade licitatória escolhida (carta-convite), não sendo correto imputar os crimes de responsabilidade dos prefeitos municipais;
- IV. não houve dispensa ou inexigibilidade indevidas de licitação, mas fraudes decorrentes da adoção de modalidades impróprias de certame licitatório.

Estão corretas as assertivas:

- A) I, II e IV somente;
- B) I, III e IV somente;
- C) II, III e IV somente;
- D) II e IV somente;
- E) I, II, III e IV.

Direito Previdenciário

QUESTÃO 86

Determinado servidor público estadual, titular de cargo efetivo, contava em 15.12.1998, com 40 anos de idade e 20 anos de contribuição. Para obtenção da aposentadoria, nos termos do art. 2º, da Emenda Constitucional nº 41/2003, o tempo de contribuição a ser cumprido é de:

- A) 13 anos;
- B) 15 anos;
- C) 17 anos;
- D) 18 anos;
- E) 25 anos.

QUESTÃO 87

Raquel, servidora pública federal, titular de cargo efetivo, foi cedida, com ônus, à Secretaria de Saúde do Estado do Rio de Janeiro. No Estado, Raquel foi nomeada para exercer cargo em comissão de chefia. A referida servidora estará sujeita, enquanto perdurar a cessão, ao(s):

- A) regime próprio dos servidores públicos da União e regime geral de previdência social;
- B) regime próprio dos servidores públicos da União e regime próprio dos servidores públicos do Estado;
- C) regime próprio dos servidores públicos do Estado;
- D) regime próprio dos servidores públicos da União;
- E) regime geral de previdência social.

QUESTÃO 88

No tocante ao cálculo dos proventos de aposentadorias dos servidores titulares de cargo efetivo de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e Municípios, é INCORRETO afirmar que:

- A) será considerada a média aritmética simples das maiores remunerações, utilizadas como base para as contribuições do servidor aos regimes de previdência a que esteve vinculado, correspondente a 80% (oitenta por cento) de todo o período contributivo desde o início da contribuição, se posterior à competência de julho de 1994;
- B) as remunerações consideradas no cálculo do valor inicial dos proventos terão os seus valores atualizados anualmente de acordo com a variação integral do índice fixado para atualização dos salários-de-contribuição considerados no cálculo dos benefícios do regime geral de previdência social;
- C) a base de cálculo dos proventos será a remuneração do servidor no cargo efetivo nas competências a partir de julho de 1994 em que não tenha havido contribuição para regime próprio;
- D) os valores das remunerações a serem utilizadas para o cálculo dos proventos de aposentadoria serão comprovados mediante documento fornecido pelos órgãos e entidades gestoras dos regimes de previdência aos quais o servidor esteve vinculado ou por outro documento público, na forma do regulamento;
- E) as remunerações consideradas no cálculo da aposentadoria, devidamente atualizadas, não poderão ser inferiores ao salário mínimo e superiores ao limite máximo do salário de contribuição, no caso de vinculação ao regime geral de previdência social.

QUESTÃO 89

Para que uma professora universitária no efetivo exercício da docência possa se aposentar voluntariamente, nos termos previstos na Constituição da República Federativa do Brasil, além de ter 10 anos de tempo de serviço, é necessário cumprir:

- A) 30 anos de contribuição, 5 anos de tempo de cargo e idade mínima de 55 anos;
- B) 35 anos de contribuição, 5 anos de tempo de cargo e idade mínima de 55 anos;
- C) 25 anos de contribuição, 5 anos de tempo de cargo e idade mínima de 50 anos;
- D) 30 anos de contribuição, 5 anos de tempo de cargo e idade mínima de 50 anos;
- E) 30 anos de contribuição, 10 anos de tempo de cargo e idade mínima de 55 anos.

QUESTÃO 90

No caso de concessão do benefício de pensão por morte de servidor público, titular de cargo efetivo, o valor da pensão será:

- A) o da totalidade da remuneração do servidor no cargo efetivo em que se deu o falecimento;
- B) 70% (setenta por cento) da totalidade da remuneração do servidor, caso em atividade na data do óbito;
- C) o da totalidade da remuneração, até o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social, acrescido de 70% (setenta por cento) da parcela excedente a este limite, caso em atividade na data do óbito;
- D) o da totalidade da remuneração, até o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral da previdência social;
- E) o da totalidade da remuneração, até o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social, que poderá ser acrescido de 70% (setenta por cento) da parcela excedente a esse limite, no caso de adesão à previdência complementar.

Processual Civil

QUESTÃO 91

Em Ação Civil Pública (ACP) ajuizada pelo Ministério Público Federal, perante juízo federal de primeira instância, foi requerida, liminarmente e como pedido definitivo, a nulidade do enquadramento dos outrora ocupantes do extinto cargo de censor federal nos cargos de perito criminal de que trata a Lei nº 9.688/98, levado a efeito mediante portaria do Ministro de Estado de Justiça, e a declaração *incidenter tantum* de inconstitucionalidade da referida Lei nº 9.688/98. Quanto à admissibilidade do provimento liminar postulado, é correto afirmar que a declaração de inconstitucionalidade postulada nos autos da ACP:

- A) traduz-se em mero efeito incidental, pois o objeto final versa sobre a higidez do sistema de investidura em cargos públicos, figurando a declaração incidental no rol de poderes jurisdicionais do magistrado, como controle difuso;
- B) não se traduz em mero efeito incidental, pois o objeto final está sujeito ao princípio da reserva de plenário, devendo haver cisão do julgamento, com apreciação da inconstitucionalidade por órgão colegiado do Tribunal Regional Federal;
- C) traduz-se em mero efeito incidental, pois do dispositivo da decisão final definitiva não constará expressamente a declaração de inconstitucionalidade, preservando a competência originária do STF para controle de constitucionalidade concentrado;
- D) não se traduz em mero efeito incidental, pois o objeto final versa sobre a declaração de inconstitucionalidade da lei, o que usurpa a competência originária do STF para o controle de constitucionalidade concentrado;
- E) traduz-se em mero efeito incidental, pois do dispositivo da decisão liminar e da definitiva não constará expressamente a declaração de inconstitucionalidade, preservando a competência originária do STF para controle de constitucionalidade concentrado.

QUESTÃO 92

Quanto ao tema mandado de segurança, é correto afirmar que:

- A) o Ministério Público tem legitimidade para defender direito subjetivo, disponível e individual de seus membros, por se enquadrar no conceito de interesse ou direito coletivo, pertencente à classe de pessoas ligadas entre si por uma relação institucional base;
- B) o termo inicial para impetração de mandado de segurança a fim de impugnar critérios de aprovação e de classificação de concurso público é contado do momento da publicação do edital, independentemente da vigência da cláusula que causar prejuízo ao candidato;
- C) o mandado de segurança não é instrumento idôneo para postular a nomeação de candidato aprovado dentro do número de vagas previsto no edital do certame;
- D) a inexistência de direito adquirido a regime jurídico autoriza a reestruturação de cargos públicos ou da lotação de servidores públicos por outra via que não lei formal;
- E) não se admite, salvo em situações excepcionais, mandado de segurança contra decisões jurisdicionais do STF, inclusive as proferidas por qualquer de seus ministros, uma vez que esses atos só podem ser reformados por via dos recursos admissíveis, ou, em se tratando de julgamento de mérito com trânsito em julgado, por meio de ação rescisória.

QUESTÃO 93

Quanto aos recursos no processo civil, é correto afirmar que:

- A) em função do efeito translativo dos recursos, a apelação devolve obrigatoriamente ao tribunal o conhecimento de todos os fundamentos do pedido, ainda que eles não tenham sido deduzidos nas razões;
- B) após a proclamação do resultado do julgamento e encerrada a prestação jurisdicional no tocante à apelação, é possível a correção de erro material no acórdão, ainda que isso importe em alteração do decidido, em atenção aos princípios da economia processual, instrumentalidade das formas e da segurança jurídica;
- C) não há nulidade do julgamento em órgão colegiado do qual participou Ministro impedido, se o seu voto não foi decisivo para o resultado;
- D) a determinação do juízo de primeiro grau para que se recolha a taxa judiciária sob pena de cancelamento da distribuição é impugnável por apelação, visto tratar-se de decisão com força definitiva;
- E) compete ao órgão colegiado o julgamento dos embargos de declaração opostos contra decisão monocrática do relator.

QUESTÃO 94

Ainda quanto ao tema recursos, é correto afirmar que:

- A) incumbe ao recorrente, no momento da interposição do recurso, o ônus da apresentação de elementos suficientes, que demonstrem sua tempestividade;
- B) os embargos de declaração não podem bem se prestar, embora não seja esse o seu objetivo precípuo, a veicular um pedido de correção de erro material, e, assim, gerar uma decisão diferente daquela de que se recorreu;
- C) a interposição de embargos de declaração é meio hábil para interromper o trânsito em julgado da sentença, ressalvados os casos em que considerados protelatórios;
- D) a participação do *amicus curiae* é prevista no ordenamento jurídico para os processos e julgamentos de ações de natureza objetiva, sendo inadmitida no processo subjetivo;
- E) a ausência das razões do voto vencido constitui erro material passível de correção *ex officio*, que não tem repercussão sobre o prazo para a interposição do recurso cabível.

QUESTÃO 95

O Ministério Público possui legitimidade para o exercício da Ação Civil Pública, EXCETO para:

- A) obter certidão parcial do tempo de serviço que segurado do INSS tem averbado em seu favor;
- B) obter internação compulsória, para tratamento de saúde, de portador de alcoolismo, capaz e menor de 60 anos;
- C) promover defesa do patrimônio público municipal, podendo postular, inclusive, a reparação direta do dano eventualmente causado a ente da Administração Pública;
- D) promover, em prol de criança, o custeio de tratamento quimioterápico em qualquer centro urbano;
- E) promover, em prol de idoso em situação de risco, o custeio de tratamento quimioterápico em qualquer centro urbano.

Direito Tributário

QUESTÃO 96

Não obstante haver divergência doutrinária em relação a que teoria deve ser adotada sobre a classificação dos tributos em espécie, o Supremo Tribunal Federal já consolidou seu entendimento sobre o tema. Segundo o STF, deve ser adotada a teoria:

- A) tripartite, uma vez que são espécies de tributos os impostos, as taxas e as tarifas;
- B) bipartite, uma vez que são espécies de tributos os impostos e os empréstimos compulsórios;
- C) pentapartite, uma vez que são espécies de tributos os impostos, os empréstimos compulsórios, as taxas, as contribuições especiais e as contribuições de melhoria;
- D) tetrapartite, uma vez que são espécies de tributos os impostos, as taxas, as contribuições e os empréstimos compulsórios;
- E) tripartite, uma vez que são espécies de tributos os impostos, as taxas e as contribuições de melhoria.

QUESTÃO 97

A substituição tributária é uma modalidade de responsabilidade tributária em que a sujeição passiva recai sobre uma pessoa diferente daquela que possui relação pessoal e direta com a situação descrita em lei como fato gerador tributário. A respeito do tema, é correto afirmar que, caso o fato gerador presumido não venha a ocorrer:

- A) será gerado direito à restituição do valor pago; se a ocorrência do fato gerador com a base de cálculo for maior do que a presumida, o Fisco poderá cobrar a diferença;
- B) será gerado direito à restituição do valor pago; contudo, mesmo que a base de cálculo do fato gerador ocorrido seja diferente da presumida, não poderá o Fisco cobrar a diferença nem terá ele a obrigação de restituir o valor a maior pago;
- C) não será gerado direito à restituição, da mesma maneira que, se ocorrer fato gerador com base de cálculo diferente da presumida, não poderá o Fisco cobrar a diferença nem terá ele a obrigação de restituir o valor a maior pago;
- D) será gerado direito à restituição do valor pago; contudo, se o fato gerador ocorrer com base de cálculo maior, o Fisco terá direito a cobrar a diferença, enquanto que se ocorrer a menor, não terá ele obrigação de restituir o valor pago a maior;
- E) será gerado direito à restituição do valor pago; contudo, se o fato gerador ocorrer com base de cálculo a menor, o Fisco terá a obrigação de restituir o valor pago a maior, enquanto que se ocorrer com base de cálculo maior, não terá ele o direito de cobrar o valor pago a menor.

QUESTÃO 98

Lançamento é o procedimento administrativo que formaliza a obrigação tributária nascida abstratamente na lei e concretizada com a ocorrência do fato gerador, constituindo o crédito tributário. Sobre o lançamento, é correto afirmar que:

- A) no lançamento por homologação, a legislação atribui ao sujeito passivo o dever de antecipar o pagamento, sem prévio exame da autoridade administrativa, e opera-se pelo ato em que a referida autoridade, tomando conhecimento da atividade assim exercida pelo obrigado, expressamente a homologa;
- B) não obstante haver divergência doutrinária sobre a natureza do lançamento, se declaratório ou constitutivo, certo é que o lançamento é uma atividade administrativa discricionária;
- C) em razão do princípio da imutabilidade do lançamento, o lançamento regularmente notificado ao sujeito passivo não poderá ser alterado, ainda quando deva ser apreciado pela autoridade administrativa, fato não conhecido ou não comprovado por ocasião do lançamento anterior;
- D) o crédito tributário se torna exigível e exequível com a sua constituição definitiva, sendo desnecessária a prática de qualquer ato posterior para tanto;
- E) o “autolançamento” ocorre quando depende da prestação de informações ao fisco, quanto à matéria de fato, pelo contribuinte, ou por terceiro, quando são indispensáveis à efetivação do lançamento.

QUESTÃO 99

Segundo a doutrina, a expressão “exclusão do crédito tributário” deve ser interpretada no sentido de impedimento de sua constituição. Sobre o tema, é correto afirmar que:

- A) tanto a imunidade como a isenção e a anistia são causas de exclusão do crédito tributário e, por isso, comportam interpretação extensiva;
- B) as causas de exclusão do crédito tributário podem ser instituídas independentemente de lei específica;
- C) tanto a remissão como a anistia são causas de extinção do crédito tributário, sendo que a remissão atinge apenas a obrigação tributária principal, ao passo que a anistia atinge apenas as infrações;
- D) na isenção, o crédito tributário não se constitui porque fica suspensa a eficácia da norma impositiva, enquanto a anistia implica o perdão de infrações cometidas à legislação tributária;
- E) a exclusão do crédito tributário dispensa o cumprimento das obrigações acessórias dependentes da obrigação principal cujo crédito seja excluído, ou dela consequente.

QUESTÃO 100

A Constituição Federal de 1988 estabeleceu em seu texto uma repartição de parcela do exercício do poder de tributar entre os entes políticos, atribuindo a cada um deles competência tributária para criar determinados tributos. Assim, os impostos de competência privativa dos Estados-membros são:

- A) ITCMD, IPVA e IPTU;
- B) IPVA, ITCMD e ICMS;
- C) ICMS, IPVA e ITBI;
- D) IPTU, IPVA e ICMS;
- E) IPVA, IPI e ICMS.

**Analista de Controle Externo
Área de Controle Externo - Direito**

ESPAÇO PARA MARCAÇÃO DAS SUAS RESPOSTAS

1		11		21		31		41		51		61		71		81		91	
2		12		22		32		42		52		62		72		82		92	
3		13		23		33		43		53		63		73		83		93	
4		14		24		34		44		54		64		74		84		94	
5		15		25		35		45		55		65		75		85		95	
6		16		26		36		46		56		66		76		86		96	
7		17		27		37		47		57		67		77		87		97	
8		18		28		38		48		58		68		78		88		98	
9		19		29		39		49		59		69		79		89		99	
10		20		30		40		50		60		70		80		90		100	

Tribunal De Contas do Estado do Rio de Janeiro

ATENÇÃO - Transcreva a frase a seguir para a área definida na sua Folha de Respostas:

O TCE é órgão constitucionalmente autônomo.

ORIENTAÇÕES AO CANDIDATO

VERIFICAÇÕES:

1. Verifique se você recebeu o Caderno de Questões e a Folha de Respostas. Verifique ainda se o gabarito do Caderno de Questões corresponde ao da Folha de Respostas.
2. Confira seus dados pessoais, em especial o seu nome, o número de inscrição e o número de seu documento de identidade.
3. Verifique ainda se no seu Caderno de Questões estão impressas as 100 questões de múltipla escolha, cada uma com 5 (cinco) opções (A,B,C,D,E), e se a numeração está distribuída de acordo com o Edital:

01 a 20 - Língua Portuguesa; de 21 a 30 - Noções de Direito; de 31 a 35 - Controle Externo; 36 a 40 - Legislação Básica; 41 a 100 Conhecimentos Específicos.

4. Qualquer divergência ou dúvida do candidato deverá ser encaminhada ao Fiscal de Sala, imediatamente. Não serão aceitas reclamações posteriores.

PREENCHIMENTO DA FOLHA DE RESPOSTAS

1. O candidato deverá transcrever as respostas das questões das provas objetivas para a Folha de Respostas, que será o único documento válido para a correção da prova. O preenchimento será de inteira responsabilidade do candidato, que, para obter pontuação em cada questão, deverá marcar uma, e somente uma, das alternativas de resposta correspondente a cada questão.
2. A marcação da Folha de Respostas deverá ser feita cobrindo fortemente, com caneta esferográfica indelével, de tinta azul ou preta, o espaço correspondente à letra a ser assinalada. Não será permitido o uso de corretor ou caneta fluorescente.
3. Será atribuída nota zero às questões assinaladas com falta de nitidez, com mais de uma alternativa, com rasura, emenda, preenchimento parcial do campo de respostas, não assinaladas e demais casos previstos no Edital do concurso.
4. Serão de inteira responsabilidade do candidato os prejuízos advindos do preenchimento indevido da Folha de Respostas.
5. A Folha de Respostas não será substituída em hipótese alguma por erro do candidato. A Folha de Respostas não deverá ser amassada, dobrada, rasgada, manchada ou sofrer qualquer tipo de dano que prejudique a correção da mesma.
6. O candidato é responsável pela assinatura e preenchimento do campo destinado ao Exame Grafotécnico na Folha de Respostas.

DURAÇÃO DA PROVA

1. A prova terá duração de 5 (cinco) horas improrrogáveis, incluindo o tempo de marcação para preenchimento da Folha de Respostas e a transcrição da redação para o verso da Folha de Respostas. Será eliminado o candidato que não devolver o Caderno de Questões e a Folha de Respostas, dentro desse prazo.
2. A saída de candidatos do local de prova só será permitida após 60 minutos do seu início efetivo.

DURANTE A PROVA

1. Após identificado e instalado na sala, o candidato não poderá comunicar-se com outros candidatos ou com qualquer pessoa estranha ao concurso.
2. Não será permitido nenhum tipo de consulta a qualquer material, bem como o uso de quaisquer equipamentos eletrônicos, especialmente os de recepção e/ou transmissão de voz ou de dados, os quais deverão ser entregues à equipe de fiscalização, para serem devolvidos ao término da prova.
3. Por motivo de segurança, durante a prova só será permitido fazer anotações no Caderno de Questões, bem como copiar os seus assinalamentos, na área reservada para este fim, no próprio Caderno de Questões. Somente esta parte poderá ser destacada e levada pelo candidato.

AO TÉRMINO DA PROVA

1. Os três últimos candidatos deverão permanecer na sala até que o último candidato termine a prova.
2. Entregue ao Fiscal de sala o seu Caderno de Questões e a Folha de Respostas, não sendo permitido em hipótese alguma levar o Caderno de Questões.

SERÁ ELIMINADO DO CONCURSO O CANDIDATO QUE DESRESPEITAR A EQUIPE DE FISCALIZAÇÃO OU QUALQUER DAS NORMAS ESTABELECIDAS.